
BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010. 192 p.

Helga Gahyva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

Com a publicação de sua obra inaugural em 1933, *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre (2006) estabeleceu as bases para uma interpretação do nosso passado colonial que abriu as portas para a construção de uma identidade nacional positiva, inaugurando perspectiva que, ao valorizar a nossa então questionável miscigenação, não mais condenava o país a apenas se realizar no futuro.

Escrito no exílio, o livro, paradoxalmente, forneceu arsenal para a conformação ideológica da ideia de Brasil construída e divulgada pela Era Vargas. Se pelo menos desde a assim chamada “Geração de 1870” a mistura racial equivalia a nosso pecado original, ela se torna, no avançar do segundo quartel do século XX, a característica distintiva – e positiva – da identidade nacional brasileira. Teria sido ela, assegura-nos Freyre, o elemento democratizante de uma sociedade marcada por distâncias hierárquicas. A miscigenação ilustraria, em última instância, a lógica de equilíbrio de antagonismos que nos caracterizaria. Assim, a outra face de um país marcado por desigualdades sociais e políticas seria a ausência de preconceitos de cor, motor da relativa democratização étnica – ilustrada por uma forma de escravidão que revelar-se-ia bem mais amena do que alhures e que, em tempos de igualdade formal, manifestar-se-ia na ausência de polarizações raciais.

A narrativa de Freyre repercutiu para além das fronteiras nacionais, despertando interesse de pesquisadores estrangeiros quanto às peculiaridades de nosso padrão supostamente harmônico de relações raciais. Ponto culminante desse interesse foi o Projeto Unesco: em face do horror provocado pela experiência nazista, aliado à permanência de práticas raciais discriminatórias nos Estados Unidos e na África do Sul, a organização patrocinou, nos anos 1950, uma série de estudos sobre as relações raciais no Brasil que tinha como objetivo compreender nossa excepcionalidade – a democracia racial – e investigar suas possibilidades de universalização (Maio, 1999). Entretanto, os resultados

das pesquisas empreendidas em diversas localidades brasileiras refutaram a hipótese que lhes guiava, revelando a existência, ainda que muitas vezes velada e regionalmente distinta, de preconceito racial no Brasil.

Os anos de realização das pesquisas financiadas pela Unesco confundem-se com aqueles da institucionalização das ciências sociais no país. A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), cuja fundação, em 1933, privilegiou preocupações práticas atreladas a políticas públicas específicas, agregava aos seus quadros, cinco anos depois, Donald Pierson. Oriundo da Escola de Chicago, ele trouxe consigo as orientações básicas da perspectiva sociológica desenvolvida nessa instituição: a valorização da observação direta, da coleta de depoimentos e do contato efetivo com o grupo analisado, o foco em questões próprias à sociabilidade urbana, a perspectiva interdisciplinar e o desinteresse pelas grandes sínteses generalizadoras (Massi, 1989).

A opção por tal instrumental teórico-metodológico correspondeu a desvalorização da perspectiva ensaística cara àquelas investigações sociológicas características das primeiras décadas do século XX, dentre as quais se incluem as análises freyrianas sobre a formação nacional. Mas, a despeito do questionamento dos pressupostos científicos, se nos voltarmos aos resultados obtidos por Pierson (1942) em *Negroes in Brazil*, não encontraremos hiato significativo entre importantes conclusões a que chega o investigador norte-americano e aquelas obtidas por Freyre; afinal, ao debruçar-se sobre o padrão de relações raciais vigentes na Bahia, Pierson concluía que as desigualdades nacionais baseavam-se muito mais em critérios de classe do que de raça (Guimarães, 1996).

Essa hipótese será posta em cheque na década seguinte. Contudo, antes que os resultados dos estudos financiados pela Unesco a questionassem, duas pesquisas elaboradas por alunos da primeira turma de mestrado da ELSP – que mais tarde participariam daqueles estudos – apontavam já para a fragilidade de nossa suposta harmonia racial. Refiro-me aos precursos trabalhos de Oracy Nogueira e Virgínia Leone Bicudo.

Sob a orientação de Pierson, ambos se voltaram à análise das atitudes raciais e chegaram a conclusões similares, porém distintas daquela desenvolvida pelo norte-americano. As investigações que realizaram nos anos 1940 lhes revelaram a permanência de preconceito racial não obstante a diluição das diferenças sociais. Nesse sentido, seria impróprio reduzir a questão racial à dinâmica classista. A chave para a compreensão da lógica do preconceito na sociedade brasileira passaria, antes, pela recusa do rígido binarismo raça/classe,

pois tratar-se-ia de certa forma intermediária de preconceito – que Nogueira (1998) chamou de “preconceito de marca” – cuja inteligibilidade pressupunha a interseção daquelas duas categorias.

Outro ponto em comum a esses dois trabalhos foi o relativo ostracismo ao qual foram relegados durante longo tempo. Provavelmente porque, à crítica ao paradigma da democracia racial, sucedeu-se a relativa hegemonia da perspectiva desenvolvida, no mesmo Projeto Unesco, por Florestan Fernandes, tal como elaborada, na sua parceria com Roger Bastide, em *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (Bastide; Fernandes, 1955), e posteriormente refinada em *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1965). Em outras palavras, o ocaso da tese da democracia racial cedeu espaço à ideia segundo a qual o preconceito racial corresponderia a um resíduo provocado pela forma abrupta por meio da qual, no Brasil, o “Antigo Regime” cedeu espaço à “ordem social competitiva”.

A via alternativa desenvolvida por Nogueira e Bicudo vem sendo resgatada por pesquisadores contemporâneos. Do primeiro, Maria Laura Cavalcanti reeditou *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga* (Nogueira, 1998) e *Vozes de Campos do Jordão* (Nogueira, 2009). Vem a público, agora, graças à iniciativa de Marcos Chor Maio, *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, composto originalmente em 1945 como dissertação de mestrado da educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, cientista social, professora universitária, psicanalista e divulgadora científica Virgínia Leone Bicudo.

Ela conhecia já as sugestões de Nogueira (1942) quanto à especificidade do preconceito racial no Brasil, esboçadas pioneiramente em *Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor*. A essa reflexão, agregou contribuições de Park, Stonequist, Faris e Pierson em um esforço de integração entre a análise sociológica, a antropologia e a psicologia social com fins de perceber como negros e mulatos vivenciavam situações de preconceito racial na capital paulista. Para tanto, Bicudo debruçou-se sobre estudos de caso e entrevistas realizados em São Paulo, entre 1941 e 1944, e sobre a documentação da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e do jornal *Voz da Raça*.

Classificando seu universo de depoentes segundo as variáveis “cor” (cor da pele, cabelos e fenótipo dos pais) e “classe social” (renda, grau de instrução e profissão), sua pesquisa revela como, no Brasil, a mobilidade social ascendente de negros e mulatos não elimina as marcas raciais. Ao contrário, ascensão social e consciência racial são diretamente proporcionais.

A autora ampara-se em expressivos relatos de negros e mulatos das classes populares e médias. Eles mostram como os negros pobres carregam forte sentimento de inferioridade que os levam a estabelecer relações majoritariamente harmoniosas com os brancos em detrimento dos membros de seu próprio grupo. Os mulatos do mesmo estrato social, em comparação, apresentam maior consciência de cor, pois evitam constantemente ser identificados como negros.

Já os negros de camadas intermediárias constituem o alvo mais visível do preconceito de cor. Por conseguinte, manifestam constante ressentimento que os torna descrentes quanto ao estabelecimento de laços solidários com os brancos. Mas é na análise dos testemunhos de mulatos com maior poder aquisitivo que percebemos com mais clareza a lógica do preconceito de marca: conscientes de que a aceitação social pelos brancos decorre da atenuação de suas origens africanas, eles evitam quaisquer identificações com negros e mulatos, buscando adquirir símbolos e valores do grupo dominante e aderindo a um ideal de “boa aparência” que ilustra como a aceitação social desse grupo pelos brancos envolve um constante esforço de “branqueamento”.

Não à toa, os mulatos dos estratos intermediários mantêm distância das fileiras da Frente Negra Brasileira, organização formada por negros conscientes das dificuldades sociais decorrentes de sua cor. Mesmo os pretos dessa camada social tendem a se afastar da agremiação, pois sua adesão à cultura do grupo dominante favorece certo tipo de ajustamento social que se processa por meio do isolamento e do conformismo. Assim, revela Bicudo, a mobilização coletiva das nossas populações negras esbarra na sua forte introjeção da visão de mundo própria aos brancos, particularmente estimulada, no Brasil, por uma forma de preconceito que desconhece rígidas polarizações raciais.

Em comparação com aqueles dois paradigmas tornados durante certo tempo canônicos – Freyre e Florestan –, a reflexão de Bicudo mostra-se, mais de seis décadas depois, bem mais afinada com as reflexões contemporâneas sobre relações raciais no país. É chegada a hora, enfim, de reconhecer o protagonismo da autora, simbolicamente resgatado no ano de seu centenário. A publicação de sua dissertação, em edição que conta ainda com esclarecedor prefácio da professora Elide Rugai Bastos e alentada introdução de seu organizador, além de precioso caderno de imagens, é primeiro e decisivo passo para justíssimo resgate.

Referências

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus; USP, 1965. 2 v.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2006.

GUIMARÃES, A. S. Cor, classe e *status* nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996. p. 143-157.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MASSI, F. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1, p. 410-456.

NOGUEIRA, O. Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. *Sociologia: Revista Didática e Científica*, v. 4, n. 4, p. 328-358, 1942.

NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, O. *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas de tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo*. Organização e introdução de Maria Laura Cavalcanti. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PIERSON, D. *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.